



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

**EDITAL nº 066/2014**

A comissão de processo seletivo de estagiários de Maringá resolve informar o resultado final e o gabarito da prova.

**LISTA DE CLASSIFICADOS**

Candidato	Prova objetiva (40 pontos)	Prova discursiva (40 pontos)	Total (80 pontos)
1. <u>MARINA BARRETO POLTRONIERI</u>	34	28	62
2. <u>NATHIELY CHAVES MARTINS DE BRITO</u>	28	30	58
3. <u>PEDRO HENRIQUE VORIQUE MASSON SOUSA</u>	32	24	56
4. <u>RAFAELA FAVA</u>	28	26	54
5. <u>MARCO ANTÔNIO TRINTINALHA FILHO</u>	22	26	48
6. <u>MATHEUS THOMAS DOTTA</u>	32	14	46
7. <u>CAMILA JULIANA DA SILVA</u>	24	20	44
8. <u>JAQUELINE ARANTES ROTH</u>	18	22	40
9. <u>NAIARA SUEMY DE OLIVEIRA HORIE</u>	24	14	38
10. <u>JÉSSICA POVIDAIKO MIRANDA</u>	28	8	36
11. <u>PAULO HENRIQUE RODRIGUES DE SOUZA</u>	24	12	36
12. <u>VICTOR VARGAS PEREIRA DE SOUZA</u>	30	6	36
13. <u>MARCELA ROCHA NAGAO</u>	18	16	34
14. <u>CAROLINE VICENTINI GIROTO</u>	16	16	32



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

## GABARITO DA PROVA

### CONSTITUCIONAL

#### 1. São fundamentos da República Federativa do Brasil, EXCETO:

- a) a cidadania;
- b) a dignidade da pessoa humana;
- c) a soberania;
- d) a prevalência dos direitos humanos;**
- e) o pluralismo político.

#### 2. No que toca aos direitos e garantias individuais e coletivos, é INCORRETO afirmar:

- a) ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei;
- b) são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;
- c) é plena a liberdade de associação, inclusive de natureza paramilitar;**
- d) todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente;
- e) é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além de indenização por dano material, moral ou à imagem.

#### 3. Em relação aos princípios constitucionais penais, previstos no artigo 5º da Constituição Federal de 1988, é CORRETO afirmar que:

- a) não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal;**
- b) a lei penal não retroagirá, salvo em prejuízo do réu;
- c) a prática de racismo constitui crime afiançável e prescritível;
- d) haverá júízo ou tribunal de exceção;
- e) somente será concedida extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião.

### PENAL

4. João abordou a vítima Paulo em via pública e, mediante grave ameaça com emprego de arma de fogo, anunciou o assalto e exigiu a entrega da carteira com dinheiro. No momento em que Paulo retirava a carteira do bolso para entregar para João este resolveu ir embora espontaneamente sem subtrair a res. Trata-se de hipótese típica de

- a) tentativa;
- b) desistência voluntária;**
- c) arrependimento eficaz;
- d) arrependimento posterior;
- e) crime impossível.

Avenida Colombo, 5.790, Bloco 003, Maringá-PR,  
Telefone: (44) 3011.4335 ou (44) 3011.4326



## DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

### 5. Exclui a ilicitude da conduta

- a) a coação irresistível;
- b) a obediência hierárquica;
- c) a ausência de imputabilidade;
- d) o princípio da insignificância;
- e) o exercício regular do direito.

### 6. De acordo com a Lei de Execução Penal, incumbe à Defensoria Pública requerer a detração e a remição da pena. A respeito desses dois institutos é CORRETO afirmar:

- a) O preso impossibilitado de prosseguir no trabalho, por acidente, continuará a beneficiar-se com a remição;
- b) Pelo instituto da remição, o período de prisão provisória por fato que resultou a condenação executada deve ser considerado no cômputo do cumprimento da pena imposta pela sentença;
- c) A detração consiste na possibilidade de o apenado diminuir parte do tempo de execução da pena pelo trabalho, sendo que a contagem do tempo para tal fim será feita à razão de 1 (um) dia de pena por 3 (três) de trabalho;
- d) O tempo remido não é computado para a concessão do indulto, somente para o deferimento do livramento condicional;
- e) O condenado que for punido por falta grave perderá o direito ao tempo detraído, começando o novo período a partir da data da infração disciplinar.

**7. O Defensor Público, ao atender alguns apenados que cumpriam pena em regime aberto no Município de Maringá, deparou-se com a situação de um preso que conta com 73 anos de idade, em bom estado de saúde física, mas apresentando quadro de senilidade leve. Após analisar os dados constantes da Guia de Recolhimento atualizada do reeducando, o Defensor Público apurou que o preso está condenado por crime de latrocínio (art. 157, § 3o, parte final, do Código Penal), praticado há mais de dez anos, enquadrando-se como reincidente específico, pois já havia sido condenado por outro latrocínio, anteriormente. Verificou, também, que o reeducando já teria cumprido mais de dois terços do apenamento total imposto. Considerando os referidos dados, a Defensoria Pública do Estado poderia postular ao Juízo da Execução Criminal**

- a) o livramento condicional;
- b) a detração da pena;
- c) a progressão de regime;
- d) a remição da pena;
- e) a prisão domiciliar.

### PROCESSO PENAL

**8. O juiz, a requerimento do Ministério Público, decretou a incomunicabilidade do indiciado preso através de despacho fundamentado, como determina a Constituição Federal e o Código de Processo Penal. O Defensor Público**

- a) não poderá proceder entrevista pessoal e reservada com o acusado;
- b) não poderá proceder entrevista pessoal e reservada com o acusado somente pelo prazo de três dias, período máximo da incomunicabilidade;



## DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

- c) poderá proceder entrevista pessoal e reservada com o acusado;
- d) poderá proceder entrevista pessoal e reservada, desde que obtida a autorização judicial;
- e) poderá proceder entrevista pessoal, todavia com escuta ambiental.

### 9. A respeito das prisões cautelares e da liberdade provisória é CORRETO afirmar que

- a) a prisão em flagrante não pode ser feita por qualquer do povo, mas apenas pelas autoridades policiais e seus agentes;
- b) a prisão preventiva pode ser decretada para acautelar o meio social e a própria credibilidade da Justiça;
- c) a prisão preventiva poderá ser decretada nos crimes culposos;
- d) a liberdade provisória poderá ser concedida sem o pagamento de fiança àqueles que, por motivo de pobreza, não tiverem condições de prestá-la;
- e) o preso, por razões de segurança, não tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão.

### 10. No sistema acusatório:

- a) a confissão é elemento suficiente para a condenação;
- b) em regra, o processo será público;
- c) o acusador e o acusado não se encontram em pé de igualdade, tendo em vista que não há direito ao contraditório;
- d) as funções de acusar e julgar se reúnem na mesma pessoa;
- e) todas as alternativas estão incorretas.

### 11. A regra que, no processo penal, atribui à acusação, que apresenta a imputação em juízo através de denúncia ou de queixa-crime, o ônus da prova é decorrência do princípio

- a) do contraditório.
- b) do devido processo legal.
- c) do promotor natural.
- d) da ampla defesa.
- e) da presunção de inocência.

## CIVIL

### 12. De acordo com o Código Civil Brasileiro, com relação aos alimentos, considere as seguintes assertivas:

I – Os alimentos serão apenas os indispensáveis à subsistência, quando a situação de necessidade resultar de culpa de quem os pleiteia.

II – Na falta dos ascendentes cabe a obrigação aos descendentes, guardada a ordem de sucessão e, faltando estes, aos irmãos, assim germanos como unilaterais.

III – Ao credor de alimentos é vedado renunciar o direito a alimentos, sendo, porém, o respectivo crédito suscetível de cessão e de compensação.

- a) I e II.
- b) I e III.



## DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

- c) II e III.
- d) II.
- e) III.

### 13. Quanto ao direito de família, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O casamento é civil e onerosa a sua celebração.
- b) De acordo com o Código Civil é nulo o casamento do incapaz de consentir ou manifestar, de modo inequívoco, o consentimento.
- c) Aplica-se à união estável o regime da comunhão parcial de bens, não se exigindo dos companheiros prova do esforço comum para a aquisição dos bens.
- d) Em qualquer regime de bens é necessária a outorga do cônjuge para a venda de bens imóveis.
- e) Quando não houver, por ocasião do divórcio, acordo entre o pai e a mãe quanto à guarda unilateral do filho menor, será ela concedida preferencialmente para a mãe.

## PROCESSO CIVIL

### 14. Indeferida a petição inicial, o autor poderá

- a) intentar nova ação, pois do despacho de indeferimento não cabe recurso.
- b) interpor recurso de agravo retido.
- c) apelar, mas o juiz não poderá reformar a decisão, posto que não cabe o juízo de retratação no recurso de apelação.
- d) interpor agravo de instrumento junto ao tribunal competente.
- e) apelar, facultado ao juiz, no prazo de 48 horas, reformar sua decisão.

### 15. No tocante à revelia processual,

- a) implica presunção absoluta de veracidade quanto aos fatos alegados pelo autor;
- b) uma vez caracterizada, não poderá mais o réu manifestar-se nos autos.
- c) ainda que ocorra, o autor não poderá alterar o pedido nem a causa de pedir, salvo promovendo nova citação do réu, que terá o prazo de quinze dias para resposta.
- d) os fatos afirmados pelo autor são tidos como verdadeiros, bem como sua subsunção ao direito por ele alegado.
- e) será configurada qualquer que seja a natureza do direito sobre o qual verse o litígio.

## DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

### 16. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes;
- b) O Estatuto da Criança e do Adolescente não se aplica, em nenhuma hipótese, a pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade;
- c) De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, considera-se criança pessoa de zero a quatorze anos incompletos;
- d) A falta ou a carência de recursos materiais constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar;



## DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

e) nenhuma das alternativas anteriores.

### 17. Todas as alternativas estão corretas, EXCETO:

- a) A internação, antes da sentença, pode ser determinada pelo prazo máximo de quarenta e cinco dias;
- b) Considera-se ato infracional a conduta descrita apenas como crime, excluídas as contravenções penais;
- c) É assegurado ao adolescente o direito de solicitar a presença de seus pais ou responsável em qualquer fase do procedimento de averiguação de ato infracional;
- d) A internação constitui medida privativa da liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento;
- e) O adolescente privado de liberdade tem direito de avistar-se reservadamente com seu defensor;

### PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS DA DEFENSORIA PÚBLICA

### 18. São princípios institucionais da Defensoria Pública:

- a) independência, imanência e defesa do interesse público estatal;
- b) indivisibilidade, autonomia administrativa e imanência;
- c) independência funcional, administrativa e política;
- d) unidade, indivisibilidade e independência;
- e) autonomia financeira, unidade e independência.

### 19. Segundo dispõe a Constituição da República Federativa do Brasil, relativamente às Defensorias Públicas:

I – Lei complementar organizará a Defensoria Pública da União e do Distrito Federal e dos Territórios e prescreverá normas gerais para sua organização nos Estados, em cargo de carreira, providos, na classe inicial, mediante concurso público de provas e títulos, assegurada a seus integrantes a garantia da inamovibilidade e vedado o exercício da advocacia fora das atribuições institucionais.

II – Às Defensorias Públicas Estaduais são asseguradas autonomia funcional e administrativa e a iniciativa de sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.

III – A Defensoria Pública é instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a orientação jurídica e defesa, em todos os graus, dos necessitados.

Analisando as assertivas acima, verifica-se que:

- a) Todas as alternativas estão corretas.
- b) Apenas a I está correta.
- c) Apenas a II está correta.
- d) Apenas a III está correta.
- e) Apenas a II e III estão corretas.



## DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

### 20. Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Constitui função institucional da Defensoria Pública promover ação civil pública e todas as espécies de ações capazes de propiciar a adequada tutela dos direitos difusos, coletivos ou individuais homogêneos quando o resultado da demanda puder beneficiar grupo de pessoas hipossuficientes;
- b) O instrumento de transação, mediação ou conciliação referendado pelo Defensor Público valerá como título executivo extrajudicial, inclusive quando celebrado com a pessoa jurídica de direito público;
- c) A capacidade postulatória do Defensor Público decorre exclusivamente de sua nomeação e posse no cargo público;
- d) **Aos membros da Defensoria Pública não é garantido sentar-se no mesmo plano do Ministério Público;**
- e) O assistido da Defensoria Pública tem o direito de ter sua pretensão revista no caso de recusa de atuação pelo Defensor Público.

### QUESTÕES DISCURSIVAS

1. Disserte sobre o Papel da Defensoria Pública na Execução Penal.
2. Do que se trata a “*Constitucionalização do Direito de Família*”? Disserte